

Pragmatismo político e atualização conceitual como forma de resguardar um legado: a transição da direção do *Instituto Indigenista Interamericano* e sua revista *América Indígena* de Manuel Gamio para Miguel León-Portilla (1960- 1962)

Igor Luis Andreo

Instituto Nossa Senhora Auxiliadora

Cambé - Paraná - Brasil

igorbackup2014@gmail.com

Resumo: Apresentamos um recorte de nossa pesquisa em andamento que emprega como fonte a publicação oficial do *Instituto Indígena Interamericano*, a revista *América Indígena*. Seu primeiro número foi publicado em 1941 e a partir de 1942 sua linha editorial foi pautada pelas posições do influente antropólogo mexicano Manuel Gamio. Como se sabe, sua proposta, grosso modo, era a de incorporação dos indígenas à cultura ocidental por meio da mestiçagem cultural. No entanto, a revista *América Indígena* também se caracterizou como um espaço aberto ao debate entre diferentes visões e posições. Todavia, o projeto de “incorporação indígena” foi o privilegiado pelo I.I.I. sob a direção de Manuel Gamio (1942-1960). Neste recorte, nos propomos abordar transformações e continuidades na transição da linha editorial da revista *América Indígena*, do último ano da direção de Manuel Gamio (1960) até os primeiros anos de seu novo diretor: Miguel León-Portilla (1961-1962).

Palavras-chave: Indigenismo. Revista. América Latina.

Introdução

O objetivo deste artigo consiste em apresentar uma investigação acerca das transformações e permanências de posições vinculadas a uma rede continental de intelectuais indigenistas, estruturada em torno do *Instituto Indígena Interamericano* (I.I.I.), fundado em 1940. Para tal, propomos uma análise histórica de sua publicação oficial, a revista *América Indígena*, durante a direção do filósofo e historiador mexicano Miguel León-Portilla. Embasaremos nossas opções teórico-metodológicas, sobretudo, nas orientações de Tania Regina de Luca, que recomenda trabalhar a documentação periódica como fonte e, concomitantemente, objeto da pesquisa, ou seja, propõe uma metodologia que procura superar “o uso instrumental e ingênuo que tornava os

periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionados, extraídos e utilizados ao bel prazer do pesquisador” (DE LUCA, 2006, p. 116).

A historiadora Laura Giraudo e outros autores, destacando Natally V. Dias (2018) com foco em pesquisa sobre os primeiros anos da revista *América Indígena*, demonstram que no processo de formação do I.I.I existiam versões muito sofisticadas do indigenismo, destacando-se o caso da posição assumida pelo educador e diplomata Moisés Sáenz, sintetizada em sua última obra, *México íntegro*, de 1939, na qual, grosso modo, propunha a ideia de Estado-nações culturalmente plurais, embora integrados, aproximando-se daquilo que atualmente considera-se como multiculturalismo (DIAS & BOAVENTURA 2021, p. 557). Sob a égide de Sáenz e em articulações com o estadunidense John Collier,¹ foi fundado o I.I.I, sendo que o primeiro assumiu como diretor da instituição e também da revista *América Indígena*, mas inesperadamente faleceu, ainda em 1941.

De tal forma, o primeiro número de *América Indígena* foi publicado em 1941 e a partir de 1942, após o falecimento de Moisés Sáenz, sua direção e linha editorial foram assumidas e pautadas pelas posições do antropólogo e arqueólogo mexicano Manuel Gamio, figura mais emblemática do que denominaremos aqui como proposta de “incorporação” indígena à cultura ocidental, por meio da mestiçagem cultural.²

¹ John Collier era o Comissário de Assuntos Indígenas dos EUA no período e defendia um indigenismo “progressista”, que tinha o protagonismo dos próprios indígenas como algo central. Para mais informações sobre John Collier e sua trajetória indigenista (e de vida) sugere-se conferir a Dissertação de Guilherme Gomes dos Santos (2021).

² O processo de construção de identidades nacionais tomou formas diferentes em cada país. Federico Navarrete (2004) aponta a “ideologia nacionalista liberal da mestiçagem” como fator essencial nesse processo no México e Amaryll Chanady (1995) indica a existência de processos análogos vivenciados em vários países da América Latina. Essa ideologia foi responsável pela busca por forjar (Forjando Pátria não é por acaso o título da obra clássica de Manuel Gamio) uma identidade homogênea para a pluralidade socioeconômica e étnico-cultural mestiça, ao mesmo tempo em que excluía as identidades indígenas, que eram interpretadas como um vestígio retrógrado do passado, um problema a ser resolvido. Para entender como surgiu essa ideologia, é preciso voltar ao processo de construção da identidade étnica crioula durante o período colonial quando, no intuito de combater a discriminação sofrida pelos espanhóis, os criollos empreenderam um longo processo de construção de uma identidade étnica que os diferenciava por outros fatores que não o idioma, a religião ou a cultura, já que os compartilhavam com os espanhóis. A solução foi tomar para si um passado diferente, considerando-se assim herdeiros da glória das grandes civilizações pré-colombianas. Dessa forma, os crioulos inventaram um passado indígena, mas um passado derrotado e subjogado por eles mesmos, o que serviu para justificar sua superioridade sobre os indígenas contemporâneos. Foi com essas bases ideológicas que os criollos tomaram o poder na nova República Mexicana. No século XIX, quando a identidade crioula se tornou a base da nova identidade nacional mexicana, a identificação com o passado indígena permitiu a incorporação das novas elites mestiças ao grupo dominante. Assim sendo, as políticas implementadas pelo Estado atacaram aspectos fundamentais dos modos de vida, cultura e identidades dos grupos indígenas, através da imposição do espanhol como língua única; do ataque à autonomia política local e à propriedade coletiva (que constituía a imposição de valores econômicos capitalistas que se opunham ao

A proposição indigenista de Manuel Gamio parte do pressuposto de que não existe um efetivo Estado-nação enquanto coexistirem, por um lado, um núcleo populacional moderno e “civilizado”, e por outro lado, um grande número de pequenas “pátrias” constituídas por múltiplos grupos indígenas dispersos pelo território nacional. Para o antropólogo, uma nação, para ser considerada enquanto tal, requiere certa homogeneidade étnica, territorial, linguística, cultural e econômica, o que somente seria possível lograr, para o caso mexicano e, até certa medida, latino-americano, por meio da mestiçagem cultural, que permitiria “nacionalizar” os grupos indígenas, numa espécie de evolução cultural, que alçaria tais grupos étnicos atrasados até posições mais elevadas, nas quais se encontravam os mestiços, portadores de cultura e economia modernas (AGUIRRE BELTRÁN, 1990, pp. 276-277).

O contato entre esses grupos com diferente desenvolvimento cultural poderia levar a eliminação, substituição, compenetração ou fusão das culturas em contato. Portanto, o papel do indigenismo seria o de estudar profundamente as características das culturas indígenas, identificando os níveis de seu desenvolvimento cultural (passíveis de serem quantificados cientificamente), para assim estar apto a conduzir ou orientar a mestiçagem de modo que o processo não resultasse em algo artificial, mas alcançasse tantos os aspectos intelectuais da cultura, quanto a cultura material – o que para o

universo cultural indígena); e da imposição da cultura ocidental como única cultura civilizada e, portanto, superior e obrigatória, por meio da sistemática depreciação das manifestações culturais e religiosas, modos de vestir e comer, costumes, crenças e valores. Políticas como essas, além de promover o processo de consolidação do Estado mexicano, também levaram à criação de um novo sistema de relações interétnicas. Ambos os processos foram consolidados com o triunfo da Revolução Mexicana. O elemento central desse novo sistema de relações interétnicas foi a criação da categoria étnica de mestiços, que aos poucos tomou o lugar da identidade criolla e se tornou a suposta corporificação da identidade nacional. A categoria étnica de mestiços engloba muitos grupos étnicos diferentes, no entanto, a “ideologia da mestiçagem” a define como uma identidade étnica única, à qual grupos étnicos, especialmente os indígenas, são incentivados a se incorporar. O regime que emergiu após a Revolução Mexicana continuou com a política nacionalista liberal e a ideologia da miscigenação, que foram reforçadas ao longo do século XX pelo sistema educacional, jurídico e midiático, ao privilegiar e exaltar valores ligados ao mestiço, ocidental e “moderno”, enquanto as culturas dos grupos indígenas são desvalorizadas. Foi nesse contexto que, a partir da década de 1920, antropólogos ligados aos governos mexicanos conceberam o indigenismo, que consistia em formulações políticas destinadas a impor a incorporação dos indígenas à suposta identidade nacional mestiça. No entanto, gradativamente, as formulações indigenistas começaram a apontar para a integração e a miscigenação por meio da persuasão pacífica. Dessa forma, recomendou-se a realização de estudos sobre as necessidades das comunidades indígenas, para que o governo pudesse implementar políticas econômicas, educacionais e de apoio social com o objetivo de eliminar a pobreza e integrar os indígenas à Nação. A ideia desses antropólogos, chefiados por Manuel Gamio, era que os povos indígenas, vendo os benefícios que o “progresso” e a ajuda governamental trouxeram, aceitassem voluntariamente a cultura mestiça para se unir ao progresso nacional e continuar melhorando seu nível de educação e vida.

antropólogo mexicano eram facetas separadas dentro de uma cultura (AGUIRRE BELTRÁN, 1990, pp. 277-278).

Desta forma, seria possível categorizar as culturas indígenas a partir dos elementos de sua cultura material e intelectual, classificando-os conforme sua utilidade, respectivamente, em “eficientes, deficientes ou prejudiciais”, e “científicos ou convencionais”, assim determinando o que deveria ser “mantido, modificado ou eliminado” por meio do processo de mestiçagem cultural (AGUIRRE BELTRÁN, 1990, pp. 278).

Nosso propósito neste artigo, enquanto recorte de um projeto de investigação mais extenso, é desenvolver uma análise das transformações e continuidades experimentadas pela linha editorial da revista *América Indígena* após a morte de Manuel Gamio (1960), até os primeiros anos do período em que a direção coube a Miguel León-Portilla (1961-1962). Renomado historiador e filósofo mexicano, autor de obras clássicas, especialmente sobre a Mesoamérica pré-colombiana, León-Portilla também era sobrinho de Gamio.

O indigenismo interamericano e a revista *América Indígena*

Em suas pesquisas, Laura Giraudó (2020; 2012; 2011; 2006) procurou demonstrar que o indigenismo interamericano em seu auge, ou seja, do final da década de 1930 até o início da década de 1970, foi um fenômeno muito mais complexo e multifacetado do que aquilo que o discurso “hegemônico e autorreferencial” faz acreditar, uma vez que este traça o que teria sido uma linha contínua das concepções de incorporação indígena, sob a batuta de Manuel Gamio, até “crise do indigenismo” que eclode a partir do final dos anos 1960. Partindo de conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, Giraudó propõe pensar a formação de um “campo indigenista” a partir da década de 1940,³ abrangendo intelectuais de todo o continente em torno do *Instituto Indígena Interamericano*.

De acordo com Natally V. Dias (2018), isto fez com que a revista *América Indígena* se tornasse o espaço privilegiado de aglutinação, sociabilidade, discussão e divulgação

³ Optamos aqui pela interpretação de que é uma rede intelectual indigenista que se forma em torno do I.I.I. e, por sua vez, esta e outras redes intelectuais estruturam e dinamizam os embates políticos, culturais e estéticos em um campo mais abrangente, que seria o campo intelectual latino-americano. Para tal interpretação a respeito das relações entre redes e campo nos embasamos nas reflexões teóricas, entre outros, de Alexandra Pita González (2016), além do próprio Pierre Bourdieu (1989; 2007).

do pensamento indigenista que se pretendia transformar em políticas públicas continentais. Ocorre que, como em qualquer rede intelectual inserida dentro de um campo, há frações nas disputas simbólicas pela imposição hegemônica de seus interesses e interpretações. Assim, a fração dominante busca estratégias para impor sua própria visão como a única aceitável.⁴

Neste contexto desenvolveu-se um processo paulatino de aproximação institucional do indigenismo interamericano oficial (portanto hegemônico) com a política externa dos EUA, destacando-se a ligação com a Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo que em 1953 o I.I.I. tornou-se um “órgão especializado” de tal instituição. O interesse estadunidense pela América Latina acentuou-se, sobretudo, após a eclosão da Revolução Cubana, em 1959, e suas ascendentes desavenças com os EUA, o que teve grande relevância no que tange às ações do I.I.I. e, conseqüentemente, para a linha editorial de *América Indígena* – como mostraremos mais adiante.

A linha editorial de *América Indígena* sob a direção de Manuel Gamio

Quando à linha editorial de *América Indígena* sob a direção de Manuel Gamio (1942-1960), nos baseamos nas interpretações de Nattaly Dias e Nathália Boaventura (2021) que demonstram que havia uma tensão em seu pensamento entre a Antropologia Cultural – já que Gamio foi orientado em seu Doutorado por Franz Boas – e ideias “positivistas”, base de sua formação, o que era característico a grandes parcelas da intelectualidade latino-americana de finais do século XIX,⁵ e aparece em seus editoriais.

Uma das características destacadas pelas autoras é a de que as convicções centrais de Manuel Gamio, que transparecem nos editoriais da revista, permanecem inabaláveis

⁴ De acordo com Laura Giraudo (2020), apesar da direção de Manuel Gamio e das críticas ao conservadorismo de seus posicionamentos que se impuseram como certo “senso comum acadêmico” sobre o indigenismo a partir da década de 1970, o indigenismo interamericano dos anos 1940 viveu sob olhares externos desconfiados ou esperançosos que consideravam seus posicionamentos próximos, perigosamente ou positivamente, dos setores sociais progressistas e até mesmo comunistas (GIRAUDO, 2020).

⁵ Apesar de interpretarmos que o pensamento relativo à incorporação indígena de Manuel Gamio está ligado a ideias de “evolução” em sentido cultural e não biológico, consideramos importante destacar interpretações tais quais a de Alan Knight (2004) que, analisando o racismo em relação aos indígenas mexicanos entre 1910 e 1940, aponta que a geração de intelectuais encabeçado por Manuel Gamio e José Vasconcelos, apesar de um forte discurso antirracista que negava a inferioridade biológica indígena, assim se contrapondo ao aberto racismo do período “porfirista”, não foi capaz de se desvencilhar completamente de preceitos e conceitos ligados as teorias do “darwinismo social” de Hebert Spencer, tão marcantes na segunda metade do século XIX.

ao longo das mais de quatro décadas entre a publicação de sua obra clássica *Forjando Patria: Pro-Nacionalismo* (1916) e sua morte, em 1960. Apesar das mudanças que o pensamento antropológico vivenciou em tal período, as percepções e posicionamentos de Gamio mantiveram praticamente as mesmas características ao longo dessas décadas.

Dentre os pontos que consideramos relevantes para nossos interesses destacar dos editoriais de Gamio em *América Indígena* estão a ausência de abordagem dos problemas referentes à questão da terra na América Latina e, sobretudo, a ênfase que coloca na necessidade da melhora da higiene indígena, chegando associá-la a “*el desarrollo biológico*” (GAMIO apud DIAS & BOAVENTUA, 2021, p. 565). Tal questão leva as autoras a recordarem que nos 1940 o antropólogo foi uma das figuras mais destacadas da *Sociedad Mexicana de Eugenesia para el Mejoramiento de la Raza* (DIAS & BOAVENTUA, 2021, p. 565).

Em sentido análogo as autoras seguem apontando como Gamio repete constantemente em seus editoriais que os indígenas possuíam um “*deficiente*” ou “*anormal*” “*desarrollo biológico*”, frente ao qual contrapunha os mestiços, que teriam um desenvolvimento de “*defensas naturales*” não apenas normal, mas superior em relação tanto aos indígenas, quanto aos europeus (DIAS & BOAVENTUA, 2021, p. 566).

Outro ponto fulcral para este artigo é a crítica de Gamio à educação indígena bilingue, proposta presente no continente ao menos desde os anos 1930 (DIAS & BOAVENTUA, 2018, p. 567). Em seus editoriais Gamio defendeu a alfabetização apenas em língua espanhola – o que foi uma constante em seu pensamento desde a publicação de *Forjando Patria* (1916), uma vez que interpretava a integração nacional como demandando, necessariamente, uma unificação linguística.

Quanto à relação entre o período pré-colombiano e os indígenas atuais, também é importante destacar que o “passado glorioso” é associado nos editoriais de Gamio apenas a Astecas, Maias e Incas, enquanto exceções em meio a maioria de povos em “etapas inferiores” em sentido econômico e cultural. Para a glorificação quase fetichizada realizada pelo mexicano, servem aqueles povos que, em sentido de cultura material (há de se recordar que a formação inicial de Gamio foi em Arqueologia) desenvolveram criações mais próximas as dos povos europeus, o que permite a idealização desejada. Enquanto isso, aos indígenas do presente restaria como contribuição à mestiçagem uma espécie de “sentido estético” nato, isto é, a herança de um “patrimônio artístico” que estaria presente de maneira indelével no artesanato e outras formas de produção artística indígena (DIAS & BOAVENTUA, 2021).

Por outro lado, seriam muitas as “tradições nocivas” dos indígenas que necessitavam atenção para que a mestiçagem fosse lograda, sendo que o critério para decidir o que deveria ser mantido, corrigido ou eliminado estaria seu caráter “útil, deficiente o prejudicial” (GAMIO *apud* DIAS & BOAVENTUA, 2021, pp. 569-570), sobretudo dos objetos da cultura material de cada povo indígena, evidentemente baseando-se numa acepção completamente etnocêntrica de “eficácia”.

Cabe por fim indicar a parte final do artigo das autoras, na qual interpretam que

o fato de Gamio ter se mantido tanto tempo à frente do I.I.I. se relaciona com o perfil mais conservador com o qual a instituição se consolidou [...] o Instituto teve uma trajetória intrinsecamente relacionada com a política externa estadunidense, cujos recursos financeiros sempre foram indispensáveis [...] se consolidando, de fato, como uma instituição muito distante do papel de um verdadeiro questionamento ao *status quo*, dentro do qual cabia perfeitamente a direção de uma figura como a de Gamio, com sua pretensa “apolítica” gestão da instituição. Já em 1953, o I.I.I. tornou-se um organismo especializado da OEA, passando a vincular-se mais estritamente com a conhecida política estadunidense para o continente durante a Guerra Fria (DIAS & BOAVENTUA, 2018, p. 571).

Com essas bases estabelecidas, podemos passar para a análise do período sob a direção de Miguel León-Portilla.

Algumas transformações em *América Indígena* sob a direção de Miguel León-Portilla: da materialidade ao sentido

A revista *América Indígena: órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano*, como o próprio nome diz, era trimestral, publicando quatro edições anuais. Com pequenas variações para mais ou menos, cada edição possuía em torno de cem páginas, sem colunas nos textos e dividida em: editorial, sempre reproduzido também em inglês, comumente com duas páginas, mas em alguns casos específicos podendo ser maiores, alcançando quase dez páginas, como veremos mais adiante; seção de artigos assinados – que variavam em tamanho, podendo ter menos de dez páginas ou mais de vinte – majoritariamente escritos em espanhol, mas também aparecendo em inglês e raramente em português; fechando com uma seção de sucintas resenhas, menores que uma página.

A formatação é a mesma em todo o periódico, com fontes pequenas, pouco espaçamento e pequenas margens. Não consta qualquer tipo de publicidade. Não havia uso de cores, inclusive para as imagens. A revista podia ser comprada individualmente ou por assinatura anual, o que incluía o envio do *Boletín/ Anuário Indigenista*, publicação suplementar à revista principal.

A capa é a mesma desde a segunda edição da revista, ainda em 1941. Nela, não constam quaisquer destaques de artigo ou autores, apresentando apenas os dados da edição nas partes superior e inferior e, na parte central, o emblema oficial do I.I.I., que consiste em uma imagem criada pelo artista plástico guatemalteco Carlos Mérida, cuja simbologia foi desenvolvida pelo escritor, também guatemalteco, Carlos Girón Cerna, que era o secretário do Comitê Executivo do I.I.I. no momento. Tal emblema apresentava a simbologia das “três cabeças” indígenas.⁶

Essas características austeras, somada ao conteúdo dos artigos, corroboram a ideia de que a revista, além de seu caráter institucional, possuía como público-alvo leitores experientes, no caso, intelectuais indigenistas de todo o continente.

Um aspecto da materialidade da revista que sofre pequena transformação refere-se ao número de imagens (sempre publicadas em preto e branco), sobretudo fotografias, que eram muito abundantes no período inicial da revista (DIAS, 2018, p. 242) e são reduzidas no período de Miguel León-Portilla. Interpretamos isso como um primeiro indício na nova orientação da linha editorial do periódico, como veremos mais adiante, mais focada em aspectos pragmáticos ligados à concretização de políticas indigenistas, do que com as discussões mais amplas sobre os próprios indígenas, o indigenismo e suas funções, como ocorria no período anterior (DIAS & BOAVENTURA, 2021).

Outra transformação, agora mais diretamente relacionada ao conteúdo, diz respeito aos debates internos, especialmente que marcassem disputas de concepções indigenistas distintas, que eram relativamente presentes no periódico durante a gestão de Gamio (GIRAUDO 2011, 2006; DIAS 2023; 2018) e se tornam escassos a partir de 1961, com a ascensão de León-Portilla à direção. A exceção para o período é o debate, publicado em inglês e focado no contexto interno dos EUA, entre o já referido John Collier e Robert A. Manners, com dois artigos cada, em 1962 e 1963.⁷ Para além disso, podemos destacar que o período todo (1961-1966) é marcado por grande predominância de autores que corroboram, de modo geral, a linha editorial da revista.

⁶ Natally V. Dias (2018, pp. 251-252), reproduzindo explicação do próprio Carlos Girón, nos informa que a cabeça ao fundo e acima na imagem, adornada com atributos indígenas, remetia à América pré-colombiana, enquanto a cabeça que aparece no lado direito da imagem, apresentada sem adornos e curvada, representava a situação dos nativos após a conquista europeia e a terceira cabeça, que está sintomaticamente posicionada à frente no emblema do I.I.I., simboliza a “maternidade futura”, relacionada ao indigenismo.

⁷ Sobre esse debate conferir Guilherme Gomes dos Santos (2021).

Alguns dados quantitativos podem nos ajudar quanto a essa percepção: Miguel León-Portilla é o autor de 22 (de um total de 24) editoriais,⁸ além de 5 artigos e 2 resenhas; é seguido por Aníbal Buitrón,⁹ com 7 artigos; Juan Comas,¹⁰ com 3 artigos e 2 resenhas; e Maria Julia Pourchet,¹¹ com 3 artigos; em seguida aparecem com 2 artigos assinados cada os mexicanos Alfonso Villa Rojas;¹² Gonzalo Aguirre Beltrán;¹³ e o estadunidense Sol Tax.¹⁴

Interpretamos que essa redução do espaço de debate tem relação com as críticas internas que começaram timidamente a ganhar corpo no próprio seio da rede indigenista interamericana e tornaram-se mais palpáveis no IV Congresso Indigenista Interamericano, que ocorreu em 1959 na Guatemala. Em razão de questões diplomáticas,¹⁵ os representantes mexicanos foram impedidos de participar, o que abriu espaço para o esboço de abordagens acerca de questões sociais e, sobretudo, da necessidade de protagonismo indígena.

Assim sendo, interpretamos que a análise dos editoriais, além dos artigos assinados pelo diretor Miguel León-Portilla, nos permitem captar a essência da linha editorial de *América Indígena* no período e, conseqüentemente, a posição oficial do I.I.I., suas continuidades e mudanças em relação ao período da direção de Gamio,

⁸ Dois editoriais são assinados por membros do Instituto Indigenista Equatoriano, em razão da proximidade do V Congresso Indigenista Interamericano, realizado no Equador, em 1964, mas ultrapassam nosso recorte temporal para este artigo.

⁹ Primeiro antropólogo equatoriano a receber formação acadêmica na área, com um Mestrado na Universidade de Chicago, concluído em 1950. A Universidade de Chicago é um dos epicentros do conceito estadunidense de aculturação, que abordaremos mais adiante.

¹⁰ Espanhol, exilado do regime franquista, passando o restante de seus dias no México, onde, além de professor da UNAM, com ênfase nas áreas de Antropologia Física e Indigenismo, foi o primeiro secretário do I.I.I. durante o período dirigido por Manuel Gamio.

¹¹ Antropóloga brasileira que trabalhava no Serviço de Antropologia ligado Instituto de Estudos Pesquisas Educacionais (INEP). Seus três artigos em *América Indígena* abordam o que Miguel León-Portilla denomina como comunidades "silvícolas".

¹² Antropólogo e etnógrafo mexicano, especializado na civilização maia pré-colombiana. Possui renomados trabalhos sobre tal temática realizados com patrocínio do Instituto Carnegie (Washington D.C), inclusive em parceria com Robert Redfield, da Universidade de Chicago e principal nome associado ao conceito de aculturação.

¹³ Mexicano, Gonzalo Aguirre Beltrán formou-se em medicina, mas posteriormente ingressou em uma pós-graduação em Antropologia na Northwestern University em Evanston, Illinois, onde conheceu Melville Herskovits, outro expoente da Antropologia Aplicada estadunidense. A partir da década de 1950, seus modelos teóricos, paulatinamente, foram sendo adotados como oficiais pelo Estado Mexicano em suas instituições indigenistas.

¹⁴ Renomado antropólogo estadunidense, com Doutorado pela Universidade de Chicago, sob orientação de Robert Redfield. Todavia, nos anos 1960 ele muda seus posicionamentos, adotando uma linha focada na autodeterminação indígena o que, por sua vez, influenciaria o surgimento do movimento *Red Power*.

¹⁵ Em 1958 e 1959 ocorreu um conflito armado e conseqüente quebra de relações diplomáticas entre os dois países, em razão de um ataque da Força Aérea Guatemalteca a navios de pesca mexicanos que ultrapassaram sua fronteira marítima.

principalmente em meio ao cenário crescente de críticas ao indigenismo hegemônico representado pela instituição interamericana.

A linha editorial entre 1961 e 1962: pragmatismo político

Nos dois primeiros anos são 8 editoriais e 2 artigos assinados por Miguel León-Portilla. O primeiro desses artigos (quarta edição de 1961) consiste em uma tradução de um texto *Náhuatl* no qual um pai dá conselhos a sua filha, pela primeira vez publicado em espanhol em versão integral, sendo que anteriormente o renomado frade Bernardino de Sahagún havia publicado uma versão resumida e, segundo o autor, adaptada à mentalidade espanhola do século XVI (LEÓN-PORTILLA, 1961, n.4, pp. 339-344).

A intenção de tal publicação seria a de dar a conhecer tanto a cultura náuatle, destacando seus densos valores morais, mas também seu valor literário “extraordinário”, o que contribuiu para revelar características importantes do pensamento do autor que, enquanto historiador e filósofo, buscou “glorificar” a cultura das grandes civilizações pré-colombianas, especialmente da região da Mesoamérica, naquilo que estas podiam ser comparadas e medidas a partir de modernos valores (etnocêntricos) ocidentais. Se no arqueólogo, além de antropólogo, Manuel Gamio, a cultura material é destacada, em Miguel León-Portilla é o pensamento moral e a estética no uso da linguagem que se sobressaem em demonstrar a grandeza das três (e apenas delas) grandes civilizações nativas americanas: Náuatles, Maias e Incas.

Contudo, o foco da direção de León-Portilla no I.I.I. e, portanto, em seu periódico oficial, era outro e tal temática cara aos trabalhos acadêmicos do autor não voltará a aparecer por suas mãos nas páginas de editoriais ou artigos de *América Indígena*.¹⁶

No restante dos textos seu foco será caracterizado pela afirmação do indigenismo como um modelo cientificamente estabelecido, silenciando a discussão de possibilidades e visões distintas e, sobretudo, desviando a maior parte da atenção, energia e recursos à concretização de projetos práticos de “aculturação” indígena por todo continente. Interpretamos que essa tendência também é resultante da dependência do I.I.I. de recursos estadunidenses e da crescente proximidade do novo diretor com os projetos da potência capitalista, em meio ao auge da Guerra Fria.

¹⁶ O que não quer dizer que sua produção acadêmica sobre tal temática tenha cessado, pelo contrário, seguia bastante ativa, sobretudo em espaços especializados como a revista *Estudios de Cultura Náhuatl*.

O uso recorrente do conceito de “aculturação” pelo novo diretor, ao contrário do que ocorria com seu antecessor, demanda uma reflexão a respeito. De origem estadunidense, mais especificamente ligado a um grupo de antropólogos sediados em universidades do estado de Illinois (Chicago e Evanston), o conceito de aculturação ganhou enorme repercussão após a publicação do “*Memorandum For The Study Of Acculturation*”, em 1936 e de autoria de Robert Redfield, Ralph Linton e Melville J. Herskovits (1936). É possível sintetizar o conceito de aculturação apresentado no “*Memorandum*” como um processo de relações contínuas e diretas entre duas culturas, levando a paulatinas transformações culturais, mas sem a ideia de completa assimilação e, portanto, desaparecimento da cultura original. Todavia, ocorrendo sempre em uma relação dicotômica entre uma cultura “doadora” e outra “receptora”.

Cabe frisar também que, nos anos 1930, Robert Redfield foi o primeiro antropólogo estadunidense a realizar estudos de comunidades indígenas no México (SANTOS, 2021, p. 88), onde estabeleceu relações com Manuel Gamio. Tais relações remontam aos anos 1920, quando Redfield prefaciou e publicou em inglês, em 1931, uma longa pesquisa de Gamio acerca dos imigrantes mexicanos que iam para os EUA (GAMIO, 1931). É difícil precisar em que medida o conceito de aculturação foi influenciado pela concepção de mestiçagem cultural defendida por Gamio, mas interpretamos que, no mínimo, não há incompatibilidades em suas proposições centrais.

Nas páginas de *América Indígena*, Manuel Gamio empregou o conceito de aculturação uma única vez, apenas no título de um editorial publicado em seu último ano de vida, em 1960 (GAMIO, 1960, n.1, pp. 3-4). Contudo, o uso do conceito não alterou em nada suas concepções. O editorial inicia-se tratando dos povos pré-colombianos, que seriam compostos por uma maioria de povos que “vegetaban en inferiores etapas económico-culturales” (GAMIO, 1960, n.1, p. 3) e três grandes civilizações, Maias, Astecas e Incas, no entanto, com a Conquista e Colonização, “todo es vino abajo; los intelectuales y artistas indígenas dejaron de crear y producir” (GAMIO, 1960, n.1, p. 3). O resultado seria a existência atual nos países “indo-ibéricos” de mestiços, nos quais predomina a cultura ocidental com influências pré-colombianas; e os “índios”, nos quais “sobrevivências” pré-colombianas persistem em maior proporção. Assim sendo, conclui:

O conveniente para o progresso dos países indo-americanos é garantir que as suas populações aumentem contínua e progressivamente as características da cultura

ocidental moderna, preservando e estimulando as de origem pré-colombiana e colonial, que foram e continuam a ser de grande valor¹⁷ (GAMIO, 1960, p. 4).

Em seu primeiro editorial em *América Indígena*, o novo diretor (LEÓN-PORTILLA, 1961, n.1, pp. 3-4) começa citando “figuras extraordinárias” do indigenismo: primeiramente o “Doutor” Manuel Gamio, depois o “professor” Moisés Sáenz e por fim o Marechal Cândido Rondon. Como vimos, este é um período no qual as críticas internas na rede indigenista interamericana começavam a se tornar mais explícitas e institucionais, como no caso do IV Congresso Indigenista Interamericano, realizado na Guatemala,¹⁸ mas combatê-las diretamente não parece a estratégia central do diretor.

Nesse primeiro momento, a menção à figura de Sáenz está presente, mas observamos que em um momento posterior, quando as críticas internas ao indigenismo oficial crescerem, ela se tornará uma lembrança incômoda, que desaparecerá das linhas de León-Portilla.

A citação do Marechal brasileiro segue uma linha de valorização no periódico de seu “pioneiro trabalho indigenista”, tendo em vista que o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) brasileiro foi criado em 1910, muito antes da criação do I.I.I. A exaltação à figura de Rondon na revista *América Indígena* remonta ao início da publicação,¹⁹ mas nos anos 60 observamos que ela também tem relação com as preocupações do diretor sobre como lidar com povos indígenas “silvícolas” ou “selváticos” (termos que o diretor usa indiscriminadamente ao longo dos anos em *América Indígena*).

Seguindo o primeiro editorial de León-Portilla em *América Indígena*, o texto aponta que o objetivo do I.I.I. é funcionar como uma “rede de ação cultural” em favor dos mais de trinta milhões de “descendentes” dos antigos americanos e, desta forma, outro tema recorrente irá aparecer já no primeiro editorial: a premente necessidade de angariar mais recursos com governos nacionais e até mesmo, se possível, com a iniciativa privada para financiar projetos indigenistas de carácter prático.

¹⁷ Lo conveniente para el progreso de los países indo-americanos, es lograr que sus poblaciones aumenten continua y progresivamente las características de la cultura moderna occidental, a la vez que se conserven y estimulen aquellas de origen precolombina y colonial, que eran y siguen de gran valor (GAMIO, 1960, p. 4). Todas as traduções do original em espanhol para o português que aparecerem daqui em diante foram realizadas pelo autor.

¹⁸ Sobre as tensões internas na rede indigenista interamericana nesse período sugere-se conferir Natally Dias e Guilherme dos Santos (2023).

¹⁹ Acerca dessa presença do Marechal Cândido Rondon nas páginas de *América Indígena* da década de 1940 sugere-se conferir a Dissertação de Danielle Longo (2020).

O segundo editorial (LEÓN-PORTILLA, 1961, n.2, pp. 95-96) anuncia uma nova parceria com a OEA para a criação de um projeto em *Sierra de Puebla* (México), onde ocorreria o fornecimento de diversas bolsas de estudos para latino-americanos interessados em aprender “técnicas de desenvolvimento integral”²⁰ de grupos indígenas, leia-se: estratégias para indução de processos de aculturação indígena. Essas técnicas e sua importância serão aprofundadas e enfatizadas pelo diretor ao longo de todo o período.

O terceiro editorial é dedicado à população “silvícola” da América do Sul, em especial numerosos povos amazônicos que mantêm formas de vida “tradicionais”, por isso denominados como “silvícolas”. A impressão que o editorial passa é a de que, para além das regiões andinas (herdeiras da “grande civilização” Inca) e amazônicas, não existissem outras populações indígenas ou ao menos populações que gerassem preocupação quanto à necessidade de serem “aculturadas”.

León-Portilla defende com veemência a necessidade de contatos permanentes e “integração”, até mesmo de comunidades indígenas que viviam em completo isolamento, acusando como “românticos” os que se opunham à quebra de tal isolamento, uma vez que, em sua visão, esses povos viveriam cercados de privações e sujeitos a epidemias que poderiam levar a sua dizimação:

Alguns contemplan o modo de vida silvícola com uma atitude que poderia ser descrita como romântica e acham que seria melhor que os nativos continuassem a viver como viveram até agora. Pensa-se que são pescadores e caçadores que levam uma vida quase paradisíaca na selva. Aqueles que pensam desta forma ignoram o fato de que os silvícolas sofrem privações que muitas vezes os dizimam²¹ (LEÓN-PORTILLA, n.3, 1961, pp. 129-130).

Mas o principal argumento usado pelo diretor do I.I.I. e de sua publicação oficial para defender a urgência do contato e integração desses indígenas seria o avanço “imparável” da civilização e economia moderna, as quais, sem a intervenção indigenista

²⁰ Interpretamos que essa ideia de “desenvolvimento integral” remonta ao uso que Manuel Gamio já fazia de tal termo, quando compreendia ser possível separar os aspectos “materiais” e “intelectuais” da cultura (AGUIRRE BELTRÁN, 1990, pp. 277-278). Para León-Portilla, tal “desenvolvimento integral” consistia em alcançar tanto o âmbito econômico e técnico, quanto o cultural das comunidades indígenas. Todavia, o diretor não se preocupou em aclarar detalhadamente para o leitor qual seria o sentido desse desenvolvimento, especialmente o cultural, até anos posteriores, quando as críticas ao indigenismo começam a se avolumar.

²¹ Contemplando algunos la forma de vida selvícola con una actitud que se puede calificar de romántica, piensan que lo mejor sería que nativos continuaran viviendo como lo han hecho hasta ahora. Se piensa que son pescadores y cazadores que llevan en la selva una vida casi paradisíaca. Quienes así opinan, ignoran tal vez los selvícolas padecen privaciones que con frecuencia los diezman (LEÓN-PORTILLA, n.3, 1961, pp. 129-130).

e a conseqüente “preparação” dos indígenas para sua recepção, produziria violenta (em muitos casos completa) destruição:

Esquecem-se de que o avanço imparável da civilização e da economia modernas, ao entrar em contato com povos indígenas que não estão preparados para enfrentá-lo, produzirá na maioria dos casos a sua quase total e violenta destruição²² (LEÓN-PORTILLA, 1961, n.3, pp. 130).

O “sertanismo” do Marechal Rondon é novamente invocado como exemplo de experiência de exitosa, mas também se retoma a necessidade de preparação “científica” adequada para aqueles que conduziram tais contatos para aculturação.

Essa ideia de inevitabilidade do desenvolvimento capitalista e do aproveitamento indiscriminado de todos os recursos, onde quer que estejam, vai ao encontro das teorias da modernização e, conforme as críticas ao indigenismo foram aumentando ao longo da década, percebemos que esse se tornará um dos principais argumentos do diretor para defender a validade e necessidade urgente de ações norteadas pela lógica da aculturação. De tal forma, entendemos que cabe aqui uma pequena digressão acerca das teorias da modernização desenvolvidas nos Estados Unidos na época e sua relação com o pensamento de Miguel León-Portilla e, portanto, com a política oficial do I.I.I.

De acordo com Lia Pinheiro Machado (1970), para as teorias da modernização existem dois tipos fundamentais de sociedade, a tradicional e a moderna. Ademais, nelas compreende-se determinadas características psicossociais como causas necessárias para o desenvolvimento econômico e técnico, o que, conseqüentemente, leva à atribuição do “atraso”²³ econômico-social de alguma região às características psicossociais de seus membros:

Ao observarem o atraso de uma região agrícola no emprego de tecnologia avançada, o cultivo de milho e de mandioca para subsistência ao invés de produção para o mercado, a existência de pequenas fábricas de fundo de quintal ao invés de grandes unidades, ou, ainda, a utilização de máquinas obsoletas ao invés das mais recentes inovações, atribuiriam tal situação às atitudes tradicionais da população incapaz de mudar (MACHADO, 1970, pp. 169-170).

Como abordamos anteriormente, a intensa gana de “desenvolvimento” – entendido como sinônimo de modernização técnica e crescimento econômico – da América Latina vai ser um tema central da política externa estadunidense após a

²² olvidan que el avance incontenible de la civilización y de la economía modernas, entrando en contacto con los indígenas no preparados para hacerle frente, producirán en la mayoría de los casos su casi total y violenta destrucción (LEÓN-PORTILLA, 1961, n.3, pp. 130).

²³ Interpretamos que o emprego do termo “atraso” por si só já é sintomático de concepções lineares e etnocêntricas do desenvolvimento das sociedades.

Revolução Cubana, como forma de evitar a ascensão de movimentos revolucionários no subcontinente. Entendemos que é nessa mesma perspectiva de “modernização” que León-Portilla está pensando a reiterada e urgente necessidade de desenvolvimento das comunidades indígenas, o que demandaria uma mudança psicossocial *a priori*, somente possível por meio da “aculturação”.

O último editorial de 1961 (LEÓN-PORTILLA, 1961, n.4, pp. 266-265), entre outros pontos, indica que o diretor estava fazendo uma série de visitas a organismos e governos de diversos países no intuito de angariar fundos e aumentar a prática de projetos indigenistas no continente, o que ganhará foco ao longo de todo ano de 1962.

O primeiro editorial de 1962 (LEÓN-PORTILLA, 1962, n.1, pp. 3-4) começa com a “celebração” dos resultados das visitas do ano anterior. Destacam-se importantes autoridades visitadas em diversos países e o ingresso do Chile no I.I.I., único país da América Latina com uma quantidade considerável de população indígena ainda não participante, já propondo bolsas, financiadas pelo I.I.I., para o treinamento de chilenos quanto as técnicas de desenvolvimento indígena. O Editorial é quase uma ode a trabalho do diretor e reitera o novo foco do I.I.I. como consistindo em intensificar por todos os meios possíveis sua “ação direta”, ou seja, projetos indigenistas práticos.

No mesmo número (LEÓN-PORTILLA, 1962, n.1, pp. 83-88), o diretor apresenta um informe na sessão de artigos, que se assemelha a um relatório de prestação de contas de tais viagens por todos os países membros do I.I.I. na América Central e do Sul, destacando o que fez em cada país. Nos interessa destacar alguns pontos desse informe.

Segundo o relato de León-Portilla, as bolsas para treinamento em “desenvolvimento de comunidades indígenas” foram oferecidas em todos os países. Os governos de Argentina e Panamá se comprometeram a criar Institutos Indigenistas locais. Todavia, a grande novidade, além do ingresso chileno, é a criação de dois grandes projetos de treinamento de pessoal para a promoção do “desenvolvimento indígena” criados, com financiamento da OEA, na Guatemala e Bolívia. Além de serem países com alta porcentagem de população indígena, ambos foram considerados estratégicos também por suas localizações, a partir de onde futuramente se poderia espalhar tal tipo de projeto para outras nações, América Central no caso guatemalteco, e América do Sul para a Bolívia, tanto em função de sua proximidade com “fronteira amazônica”, quanto por sua presença na região andina.

Quando aborda o Equador, aponta que em função da crise política vivida no país,²⁴ o V Congresso Indigenista Interamericano, marcado para ser realizado em Quito em 1962, foi adiado para 1963 (posteriormente foi novamente adiado e acabou ocorrendo apenas em 1964). Mas o autor já demonstra preocupação em marcar uma reunião prévia no México, que garantiria o caráter “científico e técnico” do Congresso, o que indicia uma tentativa de controlá-lo, tendo em vista o que havia ocorrido no IV Congresso na Guatemala. Tal temática dominará grande parte das preocupações de León-Portilla em 1963 e 1964, mas isto foge ao recorte temporal deste artigo.

O próximo editorial (LEÓN-PORTILLA, 1962, n.2, pp. 99-100) segue a insistente linha do autor de reiterar a importância do treinamento em técnicas de “desenvolvimento indígena integral” para o êxito de qualquer proposta de aculturação. Aqui León-Portilla divide pela primeira vez esse treinamento em dois grupos: antropólogos acadêmicos e pessoal técnico, como professores e outros educadores, médicos sanitaristas e outros membros da área da saúde, engenheiros agrônomos, etc.

O terceiro editorial do ano (LEÓN-PORTILLA, 1962, n.3, pp. 201-202) anuncia a proposta de reunião prévia ao V Congresso Indigenista Interamericano e qual seria seu foco: avaliação de métodos e resultados de projetos indigenistas atualmente existentes, no intuito de estabelecer “critérios normativos” para dirigir projetos atuais e futuros.

O último editorial deste período (LEÓN-PORTILLA, n.4, 1962, pp. 287-291) inaugura uma prática que se repetirá nos anos vindouros da direção de León-Portilla: encerrar o ano com espécie de balanço das atividades do I.I.I.

O diretor inicia afirmando que por vários anos o I.I.I. restringiu suas atividades majoritariamente a trabalhos editoriais, mas que sua direção se propõe a cumprir plenamente missão do Instituto, passando ao foco na ação direta. Assim sendo, retoma todos os projetos e resultados referidos anteriormente. Também aponta a importância de *América Indígena* que teria alcançado a distribuição de sessenta mil exemplares no ano.

Por fim, nos chama atenção a parte que aborda sua participação em reuniões e eventos diversos. Uma destas reuniões consiste em uma Conferência na já referida Universidade de Chicago. Na Argentina participa de uma reunião com representantes da “Aliança para o Progresso”. E mais chamativo: antes de seu conclamado “giro” pela

²⁴ Carlos Júlio Arosemena assumiu a presidência do equador em 1961, auge da Guerra Fria. Após a criação de algumas leis trabalhistas e acusações de simpatia pelo governo soviético, desenvolveram-se relações problemáticas com a embaixada estadunidense, levando ao rompimento de relações diplomáticas com os Estados Unidos em 1962, seguida de declaração de apoio ao governo de Fidel Castro em Cuba. Em 1963 foi derrubado do poder por uma junta militar que governou o Equador até 1966.

América Latina, Miguel León-Portilla informa que passou dois meses nos Estados Unidos, “a convite do Departamento de Estado”, onde “[...] En ese país realizó gestiones dirigidas a la obtención de un nuevo presupuesto que capacite este Instituto a realizar las funciones para qué ha sido creado” (LEÓN-PORTILLA, 1962, n.4, p. 290).

Entendemos que o contexto de intensificação dos efeitos da Guerra Fria na América Latina, somado à questão da dependência do financiamento estadunidense para novos projetos e, em certo grau, para manutenção do próprio Instituto, enquanto órgão especializado da OEA desde 1953, nos permite interpretar que esse foco pragmático do diretor está estreitamente atrelado à política externa dos EUA e aos projetos de modernização e desenvolvimento econômico da América Latina em voga no período. Como mostramos, as questões teóricas relativas ao indigenismo, que estiveram bastante presentes durante a gestão Gamio, ainda pouco apareceram nas linhas do novo diretor em seus dois primeiros anos à frente da instituição interamericana e de sua revista oficial.

Considerações Finais

Indubitavelmente Miguel León-Portilla era uma figura acadêmica de grande prestígio no México, mas não exatamente no campo antropológico. Como apresentamos, suas pesquisas focavam-se em áreas relativamente específicas, ligadas à cultura da Mesoamérica pré-colombiana ou do período colonial. No âmbito continental da antropologia ou até mesmo no meio acadêmico em geral, seu reconhecimento era bastante menor do que aquele que Manuel Gamio possuía quando assumiu a direção do I.I.I. e de *América Indígena*, uma vez que este era uma figura intelectual central no aparato burocrático pós-Revolucionário do Estado mexicano e o México era o epicentro continental do pensamento indigenista. Espaço esse que paulatinamente foi sendo ocupado pela Antropologia Aplicada de origem estadunidense.

Todavia, não podemos esquecer que desde 1953 o I.I.I. era um órgão oficial da OEA. De tal forma, interpretamos que em seus primeiros anos sob a direção de Miguel León-Portilla, o I.I.I. e seu periódico oficial, a revista *América Indígena*, cumpriam critérios mais voltados para a ação pragmática do que norteados por discussões teóricas acadêmico-científicas referentes ao indigenismo. Primeiramente, vivia-se o auge da Guerra Fria e, como vimos, ele mostrou-se bastante disposto e engajado em encampar projetos alinhados à política externa estadunidense. Além de contornar ao máximo possível temas politicamente polêmicos, buscou controlar e silenciar setores dissidentes,

sempre vendendo a ideia de um indigenismo estritamente “técnico” e, sobretudo, focado no aspecto dos trabalhos práticos.

Imbuído de uma concepção histórica linear, calcada nas teorias da modernização econômica, Miguel León-Portilla vai marcar seus primeiros anos na direção do I.I.I. e nas páginas do periódico oficial que também dirigia com a discussão de projetos e mais projetos práticos, foco em angariar recursos financeiros e parcerias com instituições governamentais diversas. Sempre destacando objetivo de alcançar o “desenvolvimento” das comunidades indígenas por meio do trabalho indigenista prático. Soa como se León-Portilla objetivasse transformar o I.I.I., mais do que em um órgão especializado da OEA, em uma extensão voltada aos indígenas da Aliança Para o Progresso.

Mas também há um segundo aspecto. A proposta de aculturação no modelo de Antropologia Aplicada estadunidense foi inicialmente pensada para integração de imigrantes estrangeiros à cultura nacional, sem que a mestiçagem cultural fosse o objetivo, muito menos um desejo. O que não quer dizer que eram propostas incompatíveis. O ambiente que León-Portilla encontra no I.I.I. do período é, aparentemente, dominado pela Antropologia Aplicada. Podemos encontrar sinais disto quando retomamos os autores mais assíduos nos artigos no período entre 1961-1966. Descartando a antropóloga brasileira Maria Julia Pourchet, que publica três artigos com temas locais e bastante específicos, dentre os cinco autores que mais publicaram artigos, quatro eram antropólogos diretamente ligados às Universidades de Chicago ou Evanston, polos principais da Antropologia Aplicada estadunidense, com destaque para o equatoriano Aníbal Buitrón, que publicou sete artigos no período, sendo quatro a mais que o segundo autor que mais publicou, o espanhol radicado no México, Juan Comas, que havia sido secretário do I.I.I. durante a maior parte da gestão de Gamio.

Por outro lado, Manuel Gamio, como vimos, empregou uma única vez, de forma totalmente genérica, o conceito de aculturação no título de um editorial de 1960, sem sequer usá-lo no corpo do texto, que, por sua vez, em nada alterava seus tradicionais posicionamentos. Contudo, como apresentamos, León-Portilla, desde suas primeiras publicações fará questão de rememorar e elevar a importância da figura e do pensamento de seu tio, e a relevância de sua Antropologia Social como base para o indigenismo que se praticava no presente. O prosseguimento da análise do período de direção de Miguel León-Portilla como diretor do I.I.I e de sua publicação periódica oficial possivelmente nos permitirá esclarecer esse ponto, mas aqui já encontramos fortes indícios de uma de suas principais preocupações como diretor: resguardar o legado de Manuel Gamio.

POLITICAL PRAGMATISM AND CONCEPTUAL UPDATING AS A WAY OF SAFEGUARDING A LEGACY: THE TRANSITION OF MANAGEMENT OF THE *INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO* AND ITS MAGAZINE *AMÉRICA INDÍGENA* FROM MANUEL GAMIO TO MIGUEL LEÓN-PORTILLA (1960-1962)

Abstract: We present an excerpt from our ongoing research that uses as a source the official publication of the *Instituto Indigenista Inteamericano*, the magazine *América Indígena*. Its first issue was published in 1941 and from 1942 its editorial line was guided by the positions of the influential Mexican anthropologist Manuel Gamio. As we know, his proposal, broadly speaking, was to incorporate indigenous people into Western culture through cultural miscegenation. However, *América Indígena* magazine was also characterized as an open space for debate between different views and positions. However, the “indigenous incorporation” project was the one favored by the I.I.I. under the direction of Manuel Gamio (1942-1960). In this paper, we propose to address transformations and continuities in the transition of the editorial line of *América Indígena* magazine, from the last year of Manuel Gamio's direction (1960) to the first years of its new director: Miguel León-Portilla (1961-1962).

Keywords: Indigenism. Magazine. Latin America.

PRAGMATISMO POLÍTICO Y ACTUALIZACIÓN CONCEPTUAL COMO FORMA DE SALVAGUARDAR UN LEGADO: LA TRANSICIÓN DE LA GESTIÓN DEL INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO Y SU REVISTA AMÉRICA INDÍGENA DE MANUEL GAMIO A MIGUEL LEÓN-PORTILLA (1960-1962)

Resumen: Presentamos un extracto de nuestra investigación en curso que utiliza como fuente la publicación oficial del Instituto Indigenista Interamericano, la revista *América Indígena*. Su primer número se publicó en 1941 y a partir de 1942 su línea editorial estuvo guiada por las posturas del influyente antropólogo mexicano Manuel Gamio. Como sabemos, su propuesta, a grandes rasgos, fue incorporar a los pueblos indígenas a la cultura occidental a través del mestizaje cultural. Sin embargo, la revista *América Indígena* también se caracterizó por ser un espacio abierto al debate entre diferentes miradas y posiciones. Sin embargo, el proyecto de “incorporación indígena” fue el favorecido por el I.I.I. bajo la dirección de Manuel Gamio (1942-1960). En este artículo nos proponemos abordar transformaciones y continuidades en la transición de la línea editorial de la revista *América Indígena*, desde el último año de dirección de Manuel Gamio (1960) hasta los primeros años de su nuevo director: Miguel León-Portilla (1961- 1962).

Palabras clave: Indigenismo. Revista. América Latina.

Referências

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **Crítica Antropológica: hombres e ideias**. México: FCE, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/ Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CAPELATO, Maria Helena R. Cuadernos Hispanoamericanos – ideias políticas numa revista de cultura. In. **Varia História**. Belo Horizonte: UFMG, n. 34, 2005. pp. 344-370

CHANADY, Amaryll. Mestiçagem e Construção da Identidade Nacional na América Latina. In. BERND, Z. & De GRANDIS, R. **Imprevisíveis Américas**: questões de hibridação cultural nas Américas. Porto Alegre: Sagra/ Luzzatto, 1995.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, Natally V. *América Indígena e Boletín Indigenista*: as publicações oficiais do Instituto Indigenista Interamericano e as vicissitudes da formação de uma rede intelectual transnacional em torno da instituição indigenista continental (1941-1945). In: VIDAL, A.; MAÍZ, C. (org.). **Nas tramas da cidade letrada**: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

DIAS, Natally V. Intelectuais peruanos em debate sobre indigenismo nas revistas América Indígena e Perú Indígena: do nacional ao continental (1950-1954), **Intelligere, Revista de História Intelectual**, nº16, pp. 1-35. 2023.

DIAS, Natally V. & BOAVENTURA, N. A. L. Manuel Gamio e seu projeto indigenista para o México e a América Latina através dos periódicos *Ethnos* e *América Indígena* (1920-1960). **Revista Eletrônica Da ANPHLAC**, 21(31), 2021.

DIAS, Natally V. & SANTOS, Guilherme G. O Informe da Comissão sobre Integração Social, dirigida por Darcy Ribeiro, no IV Congresso Indigenista Interamericano (1959-1960): tensões e fissuras na rede interamericana. In: COSTA, Adriane V. (org.). **Darcy Ribeiro**: intelectualidade e pensamento crítico latino-americano. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2023.

GAMIO, Manuel. **Forjando Patria**: Pro-Nacionalismo. México: Librería de Porrúa Hermanos, 1916.

GAMIO, Manuel. **The Mexican Immigrant, His Life-Story**. Autobiographic documents collected by Manuel Gamio. Chicago: The University of Chicago Press, 1931.

GIRAUDO, Laura. Crítica de la autoridad indigenista. Actores y significados del indigenismo interamericano (1940-1970). In. **Cahiers des Amériques latines**, 2020. pp. 43-68.

GIRAUDO, Laura. El Instituto Indigenista Interamericano y la participación indígena (1941-1998). **América Indígena**, n. 3, 2006.

GIRAUDO, Laura. Neither “Scientific” nor “Colonialist”: The Ambiguous Course of Inter-American Indigenismo in the 1940s. In. **Latin American Perspectives**, SAGE publications California, n. 5, 2012, p. 12-32.

GIRAUDO, Laura. Un campo indigenista transnacional y casi profesional: la apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. In. GIRAUDO, Laura;

MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan (ed.). **La ambivalente historia del indigenismo: campo interamericano y trayectorias nacionales (1940-1970)**. Lima: IEP, 2011.

KNIGHT, Alan. **Racismo, revolución e indigenismo: México, 1910-1940**. Puebla, México: Universidad Autónoma de Puebla, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades, 2004.

LONGO, Danielle G. **O indigenismo brasileiro na revista *América Indígena: órgão trimestral del Instituto Indigenista Interamericano (1941-1945)***. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, 2020.

MACHADO, Lia Pinheiro. Alcance e limites da teoria da modernização. In. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, n.3, 1970. pp. 169-192.

NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: UNAM, 2004.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra. **Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra**. Ciudad de México. Universidad de Colima, 2016.

REDFIELD, R., LINTON, R. and HERSKOVITS, M. Memorandum for Acculturation. In. **American Anthropologist**, n. 38, 1936. pp. 149-152.

SANTOS, Guilherme Gomes dos. **O indigenismo de John Collier na revista *América Indígena: órgão trimestral del Instituto Indigenista Interamericano (1941-1963)***. 2021. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, 2021.

SOBRE OS AUTORES

Igor Luis Andreo é doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); docente do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (INSA).

Recebido em 31/03/2024

Aceito em 17/05/2024